

## **Bancos e Crédito no Brasil: 1945-2008**

*Banks and Credit in Brazil: 1945-2008*

**Fernando Nogueira da Costa**

Professor-adjunto/livre-docente  
Instituto de Economia

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP  
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”  
Caixa Postal 6135  
13083-970 – Campinas – SP - Brasil

E-mail: [fercos@eco.unicamp.br](mailto:fercos@eco.unicamp.br)

### **Resumo:**

O texto aborda a história bancária brasileira do período subsequente a Segunda Guerra Mundial até os dias atuais. Apresenta seis fases da história da moeda e dos bancos no Brasil. A fase 2003-2008 está marcada na história bancária brasileira como a de acesso popular a bancos e crédito.

**Palavras-chave:** História bancária – Crédito no Brasil.

### **Abstract:**

The paper approaches the Brazilian banking history of the subsequent period World War II until the current days. It presents six phases of the history of the currency and the banks in Brazil. Phase 2003-2006 is marked in the Brazilian banking history as of popular access the banks and credit.

**Keywords:** Banking history - Credit in Brazil.

**JEL Classification:** E51; N26.

## 1. Introdução

Este não é trabalho típico de *historiador*, apresentando exaustivamente em detalhes a cronologia dos acontecimentos, mas sim de *economista*, buscando em experiências passadas comparação com acontecimentos atuais. Seu objetivo é estudar o passado para ajudar a esclarecer o presente, captar o sentido, verificar a tendência dessa história.

A ambição de entender o sentido dessa história, se há algum, pode parecer, à primeira vista, excessiva, mas não será infrutífera. Talvez se consiga reunir todos os argumentos em defesa de tese a respeito da evolução histórica dos bancos e crédito no Brasil. É necessário o esforço de levantar, de maneira sintética, o que nesse espaço nacional perdurou ao longo do tempo. O movimento que possivelmente explica a lógica dessa evolução é o derivado da progressiva busca de conquista de mercado (clientes), desde o local-urbano, passando pelo estadual, regional e nacional, até se deparar com a necessidade de escala e competitividade para o enfrentamento internacional. Trata-se de fazer a análise dos limites de cada um desses mercados. Cabe a investigação da dimensão e do perfil da clientela de cada tipo de banco. Assim, serão discutidas as conseqüências financeiras e tecnológicas das características particulares dessa clientela bancária, em país que possui uma das piores concentrações de renda e de riqueza e uma das maiores dimensões populacional e territorial no mundo.

A história bancária se desenrolou no sentido da busca desenfreada da concentração cada vez maior nos créditos, nos depósitos, enfim, nos ativos, ou seja, as diferentes formas de manutenção de riqueza, na contabilidade de número cada vez menor de poderosos bancos. Isto ocorreu aqui e lá fora. Ao mesmo tempo, como veremos, no Brasil, o sistema de pagamentos se tornou cada vez mais eletrônico sob controle dos sistemas de processamento de informações desses bancos e câmaras de compensação *on line* – em tempo real. Tudo isso, a concentração e a automação bancária contribuíram para resultar em lucros surpreendentemente maiores a cada fechamento de balanço.

Há, portanto, duas lógicas que se defrontam. Uma caminha no sentido da exclusão social, devido à automação bancária e ao desemprego tecnológico de bancários. Outra vai em

direção aparentemente oposta, a da inclusão bancária: quanto maiores a *bancarização* e a conseqüente expansão da moeda eletrônica, maior a probabilidade de internalizar o multiplicador monetário. Nesse sentido, o banco cresce com seu cliente, isto é, com o crédito que estimula sua mobilidade social! Pode ser lançada a seguinte questão para reflexão (e provocação de debate): quanto maior a inclusão no mercado (inclusive de crédito bancário), maior será “popularização” do capitalismo? A lógica desse sistema, não deixando de ser a da exploração, se tornou também a da inclusão social?!

Para organizar a análise, adotamos periodização dessa história financeira com base em *marcos institucionais*. Estes são definidos a partir de processos de inovações financeiras, em nível nacional, orientados por vontade política explícita como resposta aos choques cambiais (com fugas de capital) e/ou à geração de necessidades e possibilidades econômico-financeiras internas. Essas instituições financeiras são criadas e recriadas não só a partir da fundação ou extinção de estabelecimentos bancários com propósitos específicos – caso típico de bancos estaduais e de bancos de investimentos nacionais independentes – mas também pela criação, destruição e recriação de conjunto de regras e contratos que têm como propósito redesenhar o sistema de financiamento (COSTA & DEOS, 2002).

Breve leitura atentará para a existência de determinadas fases ou períodos com repetição de certos acontecimentos que caracterizaria determinado fenômeno bancário. Optamos por focar o período de 1945 até os dias atuais. Porém, no tópico que segue, à guisa de introdução, faremos brevíssima referência ao período prévio. Focaremos, nos outros tópicos, cinco fases da história do crédito no Brasil após a II Guerra Mundial. De 1945 a 1964, representou o fim da fase competitiva e o início do processo de concentração bancária, com criação de novas instituições financeiras com prioridade ao financiamento do surto de desenvolvimento econômico. De 1964 a 1988, houve a “repressão financeira” que modernizou e fortaleceu o sistema bancário nacional, através das reformas monetária, habitacional e do mercado de capitais, da indução do processo de concentração e conglomeração, e do estímulo à internacionalização dos bancos públicos e privados nacionais. Contrastou com o período seguinte (1988-1994) de “liberalização financeira”, com fim da exigência de carta-patente, facilidade para se criar “bancos múltiplos” e

“bancos de negócios ou nichos”, abertura à entrada de capital externo. O período entre 1995 e 2002, foi caracterizado por crise bancária com liquidação de grandes (e também de pequenos) bancos privados nacionais, privatização de bancos estaduais, reestruturação patrimonial das instituições financeiras públicas federais, concentração e desnacionalização bancária. Finalmente, o período recente (2003-2008) completa 200 anos de história bancária brasileira com fase inédita de acesso popular a bancos (“bancarização”) e a crédito (em consignação, aos consumidores e microcrédito) com ganho de economia de escala, elevando a competitividade dos bancos no Brasil.

## **2. Fases iniciais da história da moeda e dos bancos no Brasil**

Ter moeda oficial, assim como deter o monopólio da violência, ambos os fatores constituem os indicadores primordiais da soberania nacional. No primeiro sentido, a história dos bancos no Brasil se confunde com a própria periodização da história monetária brasileira. Como síntese didática, vamos apresentar visão geral dos estágios importantes no desenvolvimento nacional das instituições monetárias e bancárias, mas com foco no período após 1945. Nesta seção, apenas vamos comentar, *en passant*, o que aconteceu nos dois estágios anteriores.

O **primeiro estágio** pode ser visto como secular, indo de 1808 a 1921, isto é, desde a primeira fundação do Banco do Brasil até sua transformação efetiva em semi-autoridade monetária, já após sua última fundação, em 1905. A economia brasileira oscilou entre a moeda mercadoria (ouro), ou papel-moeda conversível com estritas regras de reserva aurífera, e as diversas tentativas estatais de emissão de moeda fiduciária, para cobrir déficits. A rigor, não se pode falar nem que havia sistema bancário relativamente subdesenvolvido, pois os poucos bancos existentes em praças locais emprestavam praticamente seus recursos próprios e através do padrão legal de pagamentos. Em tal economia, a quantidade de moeda, quando lastreada, era determinada fora do setor bancário por fluxos de comércio externo, investimentos estrangeiros ou mesmo a produção de ouro.

O **segundo estágio** ocorreu quando, finalmente, surgiram também condições institucionais mínimas necessárias para a criação da moeda bancária e,

conseqüentemente, o descolamento da fração bancária da classe dominante. O DNA do Unibanco (ex-Casa Bancária Moreira Salles de Poços de Caldas – MG, criada em 1924) e o do Banco Real (ex-Banco da Lavoura de Minas Gerais) foram encontrados na década de 20 do século XX. Por pressão dos nacionalistas, em reação à fuga de capitais realizadas no período pré-guerra, que colocou fim à primeira das duas experiências brasileiras do século passado com o padrão-ouro – a Caixa de Conversão (1906-1914) e a Caixa de Estabilização (1926-1930) –, começou a se colocar restrições legislativas à livre entrada (e saída) dos bancos estrangeiros.

A reforma bancária de 1921 resultou na criação de câmara de compensação de cheques e na abertura de carteira de redescontos no Banco do Brasil, para redescontar títulos de outros bancos. Quando as ondas de liquidez internacional se esvaíram, respectivamente, com a I Guerra Mundial e com a Crise de 1929, as experiências com o padrão-ouro findaram. A partir de então, nunca mais houve experiência com moeda conversível em ouro, no Brasil. Mas ocorreram ainda tentativas de câmbio fixo, atrelando a moeda nacional ao padrão monetário hegemônico: o dólar.

Embora tenha havido debate sobre a criação de banco central no Brasil, inclusive com a vinda de missão de apoio inglesa, em 1931, os fatos que mais marcaram a história bancária brasileira, entre 1930 e 1945, foram: a socialização das perdas bancárias, devido à crise de 1929, a imposição da reserva de mercado, no varejo bancário, em favor dos bancos brasileiros, a legislação liberal propícia a fundações de bancos, o início do uso de bancos públicos (federais e estaduais) para atuação desenvolvimentista.

Constatamos que a *origem dos principais bancos*, no Brasil, ocorreu antes de 1945, quando as barreiras à entrada, para brasileiros, era baixa. Exigia-se pouco volume de capital e a tecnologia bancária era acessível. Durante a 2ª Guerra Mundial, dobrou o número de bancos: de 354 em 1940 para 663 em 1944. A partir de então, já se trata da *evolução de sistema bancário*, com processo de concentração simultâneo ao de ampliação da rede nacional de agências. Em 1964, 20 anos depois, já tinha se reduzido para a metade (328) o número de bancos, mais 10 anos, para um terço (106). Este número se manteve até a abertura neoliberal, quando, entre 1988 e 1994, se multiplicou por quase

três (271). Mas com a crise bancária, a privatização, a desnacionalização e a concentração, o setor bancário brasileiro reduziu-se para 167 bancos múltiplos e comerciais, em 2002, e, finalmente, 161 em 2006.

Desse processo, relacionado à história do crédito na economia brasileira, iremos tratar em tópicos específicos.

### **3. Terceiro estágio da história monetária e bancária brasileira: 1945 -1964**

O **terceiro estágio** da história monetária e bancária brasileira ocorreu entre 1945 e 1964, introduzindo a exigência de reservas bancárias fracionárias sobre os depósitos, com mais depósitos possuídos como forma líquida de manutenção da riqueza, com o uso das ordens de transferências de depósitos como meio mais comum de troca, sendo os cheques mais aceitos pela rede comercial, com rede bancária se expandindo em nível nacional. Sem exigências de reservas legais, a oferta de moeda tornava-se um tanto elástica com o multiplicador monetário sendo determinado pela demanda de crédito, pelos pagamentos de empréstimos e pela prudência (ou imprudência) dos banqueiros.

Vários desses banqueiros emprestavam para os próprios grupos econômicos (ou familiares) em condições privilegiadas, prática proibida a partir da reforma bancária do regime militar, em 1964. Quando os passivos dos bancos começaram a tomar a forma de depósitos transferíveis por cheques, a moeda criada pelos empréstimos bancários usualmente não deixava o sistema bancário, elevando a capacidade de empréstimos dos bancos. Mas eles eram ainda intermediários passivos, isto é, sem ativar a demanda de crédito, apenas atendiam-na, emprestando até o limite de seus depósitos.

Nesse período, apenas três alternativas de financiamento em longo prazo estavam disponíveis: o autofinanciamento via capitalização interna das empresas e o financiamento externo às empresas, seja pela absorção de recursos externos, seja pelo uso de recursos públicos. O BNDE, em 1952, surgiu como gestor do Fundo de Reparelhamento Econômico, que contaria com recursos de um adicional de 15% sobre o imposto de renda, um percentual de 25% das reservas técnicas das seguradoras e um empréstimo de US\$ 600 milhões do Eximbank norte-americano. Este empréstimo,

entretanto, foi suspenso por motivo explicitamente político, em resposta a duas medidas de cunho nacionalista: a “campanha do petróleo” e a adoção do regime de câmbios múltiplos, que visava “hierarquizar” as importações. Mesmo que esses recursos de natureza fiscal e outros, resultantes de “poupança compulsória”, não fossem suficientes, havia a decisão política de manter o apoio financeiro governamental ao esforço de desenvolvimento via emissão monetária.

Inicialmente, no período 1952-64, os recursos que compunham o Fundo de Reparilhamento Econômico contavam com a receita do adicional de 15% sobre o imposto de renda das pessoas jurídicas e físicas, além de outros fundos e o depósito compulsório de até 25% das reservas técnicas anuais das seguradoras, cujo recolhimento vigorou até 1966. Com as reformas efetuadas no sistema tributário nacional após 1964, foram extintos os adicionais. A partir de 1968, a situação dos fundos de empréstimos do BNDE foi uniformizada, sendo-lhe destinadas dotações nos orçamentos federais, bem como parte da arrecadação de impostos sobre operações financeiras.

O período de expansão industrial intensiva foi marcado pela ação financiadora do BNDE, basicamente sob forma de créditos aos setores de utilidade pública, como energia e transporte. Estes, em 1952 (ano de sua fundação), representavam 100% do destino de suas operações em moeda nacional, reduzindo-se para 82%, em 1956, quando se iniciou o Plano de Metas, e 62%, em 1961, quando os financiamentos à indústria siderúrgica participaram com 22% do total.

Apesar da ausência de sistema bancário privado capaz de prover crédito em longo prazo e/ou de mercado de capitais desenvolvido, “arranjo” institucional explica como o setor urbano-industrial “moderno” registrou taxa de expansão tão elevada, a partir de meados dos anos 50. A maior parte dos fundos para o processo de industrialização derivava de três citadas fontes. A primeira era o *setor público*, diretamente pelo *setor financeiro estatal* ou via incentivos fiscais e manutenção de subsídios cambiais à importação de equipamentos. A segunda era o *setor externo*, principalmente no financiamento de importações. Finalmente, a terceira possibilidade era as empresas recorrerem ao próprio *autofinanciamento*. Esse pode se dar pelo aumento da participação societária de matrizes

ou associadas, através do ingresso de capital externo (IDE – investimento direto externo), ou pela utilização de lucros retidos, depreciação e reservas.

Os lucros tendiam a ser elevados, porque a estrutura de mercado predominante nos setores industriais era o oligopólio, já que tinham sido adotadas medidas de proteção de mercado para a indústria nascente e devido ao distanciamento entre os ganhos de produtividade industrial e os salários reais pagos aos trabalhadores. Com a aceleração generalizada da remarcação de preços a partir de 1959, esterilizou-se este instrumento de mobilização de recursos, via sobrepreços, para gerar *fundos próprios*. O financiamento em longo prazo das atividades produtivas de empresas brasileiras ficou, então, na dependência da criação de novos mecanismos institucionais de canalização de *fundos de terceiros*.

A inflação inibiu o desenvolvimento do mercado financeiro de títulos de dívida de médios e longos prazos. O período de expansão industrial intensiva teve duração reduzida inclusive pela falta de adequação prévia dos esquemas de financiamento a termo. A reforma financeira de 1964/65 foi fruto de necessidade histórica, pois o sistema de financiamento era visto como obstáculo à expansão econômica. A recessão experimentada a partir de 1962 era, em boa medida, atribuída a fatores de ordem “financeira”, e a reforma foi, de certa forma, produto dessa percepção.

Os descontos de duplicatas comerciais e os financiamentos de capital de giro, efetuados pelos “velhos” bancos comerciais, e o financiamento ao consumo de bens duráveis, produzidos pela indústria nascente, pela criação de algumas financeiras, além dos empréstimos das instituições financeiras públicas, descrevem, razoavelmente, o sistema de crédito, antes da reforma bancária de 1964. Neste período, a SUMOC dividia o papel de autoridade monetária com o Banco do Brasil. Este banco, às vésperas dessa reforma bancária, detinha posição muito forte no sistema bancário brasileiro. Se de 1945 a 1961, sua participação no mercado de depósitos à vista oscilou, anualmente, entre 35% e 45%, nos anos de crise pré-golpe militar – 1962 e 1963 – elevou-se para 51% e 49%, respectivamente, e em 1964 atingiu 60%!



#### 4. Quarto estágio da história monetária e bancária brasileira: 1964-1994

O **quarto estágio** da história monetária e bancária brasileira se iniciou quando se criou Banco Central que efetivamente impôs exigência de reserva sobre os bancos. A autoridade monetária buscava regular os empréstimos bancários e recuperar o controle sobre o saldo monetário. Em 1970, o Banco Central do Brasil começou a usar operações de *open market* ou empréstimos de liquidez para ajustar as reservas bancárias, acentuando seu poder sobre a oferta de moeda. Sob forte influência monetarista, seus técnicos passaram a tentar modelar, formalmente, o sistema monetário inspirando-se em *modelos de base monetária - multiplicador monetário* em que supunham o controle do banco central sobre reservas bancárias e rígidas relações reservas/depósitos.

Durante três décadas, de 1964 a 1994, perdurou regime de alta inflação, 10 anos mais longo que o próprio regime militar! Este deixou também essa “herança maldita”. Devido ao mecanismo de proteção via correção monetária às aplicações e aos empréstimos, inicialmente restrito aos efetuados em longo prazo, e, depois, com o progressivo encurtamento de prazos, sua contrapartida foi regime monetário com a chamada “moeda indexada”. Essa situação foi extremamente lucrativa aos bancos, envolvidos em captação de “dinheiro a custo zero” (depósitos à vista e *floating* – disponibilidades líquidas) para aplicarem em empréstimos ou títulos de dívida pública com correção monetária.

Mas, nesse estágio, a história bancária teve **três sub-fases**. A **primeira (1964-1974)** foi a do processo de tentativa-e-erro no esforço tecnocrata de transplantar o modelo norte-americano de segmentação de instituições financeiras, isolando os velhos banqueiros e propiciando o surgimento de novos aventureiros na esteira do breve *boom* do mercado de capitais (bolsa de valores) e da permanente expansão do mercado (aberto) de dinheiro (*open market*). A **segunda (1974-1988)**, reclamada aos velhos banqueiros a incorporação de negócios falidos dos novos, foi a do *processo de concentração, conglomeração e internacionalização*. A visão neoliberal já hegemônica nas instituições multilaterais achava que vigorava, aqui, um *processo de repressão* (apenas) *financeira*. Somente na **terceira (1988-1994)**, após a Constituinte, que os ideólogos neoliberais conseguiram

liberalizar o mercado financeiro, fazer a abertura externa aos capitais forâneos e denominar corretoras e distribuidoras de “bancos múltiplos”.

Para salientar as principais características do sistema bancário, em cada uma dessas sub-fases, vamos discorrer um pouco mais. Após mostrar os grandes objetivos da reforma de 1964, apresentando sua concepção básica, vamos revelar quais foram seus desvios. As palavras-chave referentes à reforma bancária de 1964, tentativa de implantação do modelo norte-americano de economia de mercado de capitais, são: *regulamentação, compartimentalização, especialização, segmentação*.

O objetivo principal da Lei nº 4728, que esboçou o quadro institucional do mercado de capitais, era a criação de rede de distribuição de valores mobiliários, ou seja, de empresas intermediárias entre as sociedades de capital aberto, que emitissem títulos (ações e debêntures), e seus tomadores finais. A idéia dominante era desenvolver *mercado de valores mobiliários* distinto do *mercado de crédito*. Achava-se necessário criar sistema de distribuição especializado, em que os bancos de investimento teriam caráter *atacadista* e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários cuidariam das operações *varejistas*, ou seja, seriam os *dealers*. No entanto, para tornar rentável a nova instituição, o banco de investimento acabou se definindo como empresa, ao mesmo tempo, negociante de valores mobiliários, financiadora a prazo médio e longo, e, nos primeiros anos, financeira (SCFI). Concediam empréstimos com base nos aceites das letras de câmbio, que eram mais difundidas no mercado.

Diversas financeiras se transformaram em bancos de investimento, não resultando na "pureza de linhagem" almejada pelos legisladores. A constituição dos bancos de investimento buscava uma nova "modernidade", sem os vícios do arcaico sistema financeiro brasileiro. Na prática, o documento de regulamentação alargou de tal forma seu campo de atuação que se perdeu, em meio de inúmeras alternativas de operações ativas e passivas, o objetivo original que deu margem à sua criação.

Além desse desvio relativamente aos objetivos originais do projeto reformista, houve outro desvio sob a forma de movimento simultâneo de constituição de bancos de investimento por parte de grupos bancários não ligados às financeiras, atraídos pelas

vantagens oferecidas às suas operações. Isto deu origem à constituição de diversos *conglomerados financeiros*.

Acabaram por encabeçar os principais conglomerados, os estruturalmente "inefícazes" e "antiquados" bancos privados nacionais, conforme o diagnóstico oficial, devidamente fortalecidos pelo *processo de reconcentração bancária*. Este foi processo de concentração *direto* ou *induzido* pela Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas (COFIE), criada pelo Decreto n. 1182 de julho de 1971. Ela deu permissão, inclusive, para reavaliar o ativo imobilizado, acima dos limites da correção monetária, até o valor do mercado, com isenção de imposto de renda.

Portanto, houve o choque da teoria dos "reformistas", que tentavam implantar legislação "importada", correspondente a sistema financeiro sofisticado, com a prática arcaica, característica da realidade do banqueiro tradicional. Este só se preocupava com captação de depósitos à vista e empréstimos em conta corrente e/ou desconto.

Inicialmente, esses banqueiros tradicionais se retraíram face ao "modelo americano" de *compartimentalização e pulverização*. Com isso, era necessária a "criação de novos empresários", para atuarem no mercado de capitais. O governo passou a induzir a entrada nesse mercado: aproveitaram a oportunidade vários "aventureiros" – empresários sem experiência, competência e idoneidade, como os agiotas do mercado paralelo. Nesta época de "milagre econômico", combinou-se baixa barreira à entrada com expansão cíclica e *boom* da bolsa de valores, o que permitiu alta rentabilidade, maior até que de diversos bancos comerciais. Surgiu daí o primeiro movimento de *conglomeramento*, com empresários das novas atividades no mercado de capitais comprando bancos regionais, com apoio da política econômica oficial. Muitas vezes, a aquisição se dava com recursos de repasses de empréstimos internacionais (Resolução 63 do Banco Central) ou de emissão de CDB do próprio banco.

Vários novos grupos financeiros, artificialmente robustos, no início da década de 1970, estavam especulando com a queda das taxas de juros nominais, captando recursos por prazo curto e emprestando por prazos mais longos. A enorme afluência aos instrumentos indexados, após a reversão da inflação, em 1974, provocou fuga de recursos do sistema

bancário, que não captava com correção monetária. Com esta crise de liquidez, não se conseguia renovar as captações, gerando problemas de fragilidade financeira, pelo descolamento do passivo em relação ao ativo dos bancos. Neste momento se deu a *concentração induzida*, posterior àquela primeira *conglomerção*. Grandes bancos assumiram os bancos de "aventureiros", com o governo pagando a conta. O Decreto n. 1337, de julho de 1974, confirmou o benefício fiscal para as fusões e incorporações. O Decreto n. 1346, de setembro de 1974, continuou com estímulos e deu novas diretrizes à COFIE.

Esses *processos de concentração*, aumento da parcela de mercado atendida pela empresa, e de *conglomerção*, diversificação de atividades por aquisições de empresas e cartas-patentes em outros segmentos do sistema financeiro, foram induzidos por política governamental. O governo era conscientemente a favor desse processo de fortalecimento dos grandes grupos bancários, tendo papel estimulante, traduzido por estímulos a fusões e incorporações, e restrições à expansão da rede de agências, o que obrigava os bancos a adquirirem, por esse meio, as cartas patentes necessárias. Substituiu a anterior *política de especialização* por outra exatamente oposta: a de *criação de conglomerados financeiros*, liderados pelos concentrados bancos comerciais.

A grande empresa bancária recebeu apoio do governo, aparentemente, para ser a contrapartida no setor financeiro da grande empresa comercial, industrial e de serviços. Seria política baseada na *hipótese da concentração reflexa*, em consequência do crescimento do número de operações de grande porte em relação às de menor porte. A *tese* seria que haveria como contrapartida a *conglomerção econômico-financeira*. No entanto, o governo não chegou a decretar legislação com nova institucionalidade para o sistema bancário. Tanto que as mudanças ficaram a meio-caminho: ocorreram *de fato*, mas não de direito.

Os conglomerados permaneceram compostos de empresas juridicamente independentes, com contabilidades autônomas e não consolidadas, para efeito fiscal. O que deu margem a muitas manipulações contábeis. Por exemplo, os custos administrativos e de pessoal das agências poderiam ser contabilizados somente para o banco comercial, e não para outras

atividades financeiras que ocorriam nas mesmas agências, de acordo com o interesse de "embonecar" os balanços. Permaneceu também a proibição de empréstimos a empresas associadas, o que tornava desinteressante a associação legal com empresas produtivas.

A causa primária para a concentração, via fusões e aquisições, era que, com o recrudescimento inflacionário, tornou-se extremamente lucrativo para os bancos expandirem suas redes de agências, com o fim de aumentar a captação dos depósitos à vista a "custo zero" – operacional, não administrativo –, para aplicar em correção monetária. Com a expansão, havia também a possibilidade de investirem em imóveis, através de construção de sedes próprias para estas agências, pois por lei lhes era proibido investir nestes bens patrimoniais, se não fossem destinados ao próprio uso.

As motivações para a conglomeração eram diversas. Constituía a tentativa de *obter poder de mercado* com reciprocidades, isto é, transações exclusivas e vendas vinculadas com preços predatórios e, assim, diversificando operações e rateando custos, maiores lucros. Havia também a possibilidade de realizar economias de escala com a redução de custos de mão de obra, propaganda, compras, gerenciamento, pesquisas e desenvolvimento, etc. Fazia-se *redução do risco*, através da diversificação, ficando menos sujeito às variações da demanda de apenas determinado título financeiro. A *manutenção das taxas de crescimento* da empresa, mediante aquisições de oportunidades de vendas de novos produtos ou de ativos, revertia expectativas de declínio por parte dos acionistas. Finalmente, havia a *obtenção de vantagens financeiras*, adquirindo firmas subvalorizadas e assumindo débitos menos onerosos para o conglomerado financeiro do que eram para a firma bancária, antes da aquisição.

O processo de internacionalização bancária, ocorrido nos anos 70, teve a participação de grandes bancos brasileiros, destacando-se o Banco do Brasil, entre os bancos públicos, e o Banco Real, entre os privados. As inúmeras oportunidades de negócios lucrativos, oferecidas no Euromercado, aliadas à concorrência no mercado bancário doméstico, foram os elementos motores da expansão dos bancos brasileiros. A crescente importância das exportações brasileiras de manufaturados e a opção governamental pelo endividamento também estimularam a projeção internacional desses bancos.

Portanto, nos anos 70, mudaram-se a estrutura bancária e os padrões de concorrência, com a concentração, a conglomeração e a internacionalização. Sintetizando todas as anteriores em apenas uma, a grande motivação desse processo foi a busca de economia de escala na conquista de *floating*, seja via depósitos à vista, seja através de disponibilidades líquidas, para se aplicar em moeda-indexada com correção monetária. Com os primeiros sintomas financeiros da crise dos anos 80, o ajuste das empresas não-financeiras teve como contrapartida, no primeiro momento, desajuste das empresas bancárias. Mas, após o primeiro “susto” decorrente de uma queda de inflação súbita, em programa heterodoxo de estabilização inflacionária, em 1986, os banqueiros perceberam que era inevitável o processo de reajuste.

A “abertura” à concorrência com o final das cartas-patentes prescrito pela Constituição de 1988 não enfrentou grande resistência, pois foi compensada pela possibilidade de criação de multibancos, ou seja, a legalização de situação existente *de fato*, mas não *de direito*. Nos anos 90, houve diferentes estratégias de ajustamento dos bancos à liberalização financeira. Em contexto internacional de abertura financeira, cada grupo de bancos tratou de explorar seu “nicho de mercado”.

O primeiro destaque referente à história dos bancos brasileiros, nos 30 anos entre 1964 e 1994, é a permanência dos mesmos grandes banqueiros à frente do setor. Houve, no processo de concentração e conglomeração, ocorrido nos primeiros 10 anos desse período, mudança nos primeiros postos do *ranking* dos bancos nacionais privados, com os bancos mineiros (Real – ex-Lavoura –, Nacional/ Comércio e Indústria, Unibanco – ex-Moreira Salles), antes de 1964, os maiores do país, sendo ultrapassados pelo Bradesco e Itaú. Estes se distanciaram de seus concorrentes não só com as incorporações de outros bancos, mas também pelo papel de liderança tecnológica, na medida em que se posicionaram à frente da indústria de informática brasileira. A automação bancária que alcançaram constituiu barreira à entrada, no mercado a varejo, dificilmente transponível para os concorrentes. Os grandes bancos estatais federais, Banco do Brasil e Caixa, com seus mercados cativos ligados aos negócios de Estado, eram os únicos com poder financeiro de enfrentar essa concorrência, no varejo.

Mas os bancos nacionais privados de médio porte estabeleceram segmentação da clientela, de modo a operar no atacado, com menos clientes, mas lucrativos. É verdade que alguns, como o Bamerindus, com seqüência de inovações financeiras, ousaram galgar postos no *ranking*, antes da crise da estabilização, que explodiu em 1995.

Houve possibilidade de mobilidade ascensional, em termos de rentabilidade. Pequenos bancos, com poucos funcionários, sem rede de agências e clientela varejista, mas com uma selecionada clientela de grande fortuna, inclusive em nível internacional, obtiveram ganhos fabulosos: acima de 50% sobre o patrimônio líquido, ao ano! Muitos já nasceram enxutos e com estruturas adequadas ao segmento que desejavam atender. Nas instituições menores, aplicar o próprio patrimônio também dava lucros, para quem tinha poucos ativos imobilizados. Ganhos com privatização, reestruturação de empresas e administração de fundos de investidores estrangeiros reforçaram a rentabilidade desses bancos que optaram por operar no *mercado de capitais*, e não no *mercado de crédito*.

Na verdade, por atuarem somente em nichos específicos do mercado financeiro, denominá-los de *bancos* era consequência do excesso liberalizante da reforma bancária de 1988...

##### **5. Quinto estágio da história monetária e bancária brasileira: 1994-2002**

Dessa aventura liberalizante, com o impacto da estabilização inflacionária, em 1994, a breve bolha de consumo e a longa sobrevalorização da moeda nacional, da eleição até a reeleição de FHC, restou **estágio transitório** de crise bancária com liquidação de grandes bancos privados nacionais, privatização de bancos estaduais, reestruturação patrimonial das instituições financeiras públicas federais, concentração e desnacionalização bancária.

No final dos anos 90's, um século depois, após mais uma política deflacionista, assistiu-se, novamente, o ponto de partida: crise bancária e o recurso à desnacionalização. Além da tendência à concentração, verificou-se progressiva desnacionalização do setor bancário brasileiro, que tinha usufruído, na era desenvolvimentista, desde os anos 30, de "reserva de mercado". Na era neoliberal, a reserva de mercado bancário passou a ser considerada supérflua.

Com a queda da inflação, desapareceu também a “moeda indexada”. Mas novo regime monetário foi de fato implantado somente a partir de 1999, com a mudança do regime de câmbio fixo para câmbio flexível, a adoção de regime de metas de inflação e uma política fiscal com metas de superávit primário.

Nesse **quinto estágio**, após-1999, já se pressupunha que as inovações financeiras eram técnicas descobertas para superar as restrições impostas sobre os bancos através de exigências de reservas pelo banco central. O desenvolvimento de eficiente mercado interbancário, para captação em mercado aberto, constituiu a inovação-chave. Inovações na forma de captação de passivos e nas técnicas de gerenciamento de ativos permitiam aos bancos aumentar seus empréstimos sobre dado montante de reservas.

Paralelamente a essas técnicas de administração de passivos, os bancos viam também a possibilidade de manipular seus portfólios de ativos através de prática tal como a venda de créditos em pacotes (*securitização*). Os bancos faziam empréstimos sob demanda e, então, cobriam suas posições de reserva mais adiante, usando essas várias técnicas.

Outra técnica que aumentava a endogeneidade da oferta de moeda era oferecer linhas de crédito pré-compromissadas, que os clientes podiam utilizar se tivessem necessidade. Desde que a maioria dos empréstimos bancários fosse realizada sob contratações prévias, o volume total de crédito era largamente determinado pela demanda de empréstimos.

Além disso, a internacionalização do mercado financeiro reduzia o controle do Banco Central do Brasil sobre o crédito bancário e a oferta monetária doméstica. Embora ele tentasse ainda ter o controle sobre o total de reservas, relaxou quanto à meta de ter a oferta de moeda exogenamente determinada, substituindo-a pela meta de inflação a ser alcançada através da manipulação da taxa de juros básica – a SELIC.

Quando a taxa de juros subia, o valor de mercado dos papéis prefixados, negociáveis no mercado, caía. Entretanto, sabia-se que o Banco Central, preocupado com a possibilidade de crise financeira, sempre reagiria, seja prestando assistência financeira de liquidez aos intermediários financeiros, seja através das operações de *open market*. Sob estas circunstâncias, as reservas bancárias eram determinadas endogenamente, pois o Banco



Central atuava para estabilizar o mercado financeiro, acomodando as necessidades dos bancos por reservas adequadas à cobertura de seus empréstimos criadores de depósitos. Tornando seu comportamento estabilizador previsível, o mercado controlava o Banco Central do Brasil.

Em todo o governo FHC, a evolução real do crédito foi medíocre. Permanecia-se, praticamente, estagnado, desde dezembro de 2000. Com a reestruturação patrimonial dos bancos públicos federais, em maio de 2001, o saldo de empréstimos caiu inclusive em termos nominais. Eles não recuperaram suas participações no mercado de crédito, até o final do governo. Parte dos recursos direcionados a setores prioritários foi assumida pelo Tesouro Nacional como composta de “esqueletos”.

O financiamento ao setor habitacional estava estagnado, desde a reestruturação patrimonial da Caixa Econômica Federal. O crédito ao setor rural através do Banco do Brasil tinha desempenho sofrível. Apenas o BNDES apresentava forte crescimento em suas operações de crédito, destacando-se seu papel no financiamento às exportações face à escassez das linhas comerciais dos bancos.

A participação média do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, no mercado de crédito, entre 1993 e 1999, tinha sido de 40,4%. Em junho de 2002, um ano após a reestruturação patrimonial, passaram a deter apenas 21,4% do total de operações de crédito. Em compensação, trocaram os “ativos podres” por títulos da dívida pública, passando a carregar em suas carteiras próprias 34,2% do total em posse do setor bancário. Os quatro maiores bancos privados nacionais passaram a deter praticamente a mesma parcela de operações de crédito que os quatro maiores públicos: 30%.

Nessa data, todos os bancos públicos somavam 37,4%. Houve redução de 46,2% para esse percentual, e o proporcional aumento das participações dos bancos privados nacionais para 36,9% e estrangeiros para 25,7%, variando de 53,8% para 62,6%, no período de dezembro de 2000 a junho de 2002. Esse fenômeno foi, em parte, consequência de decisão política de implementação de planos de saneamento dos bancos públicos federais e da privatização dos bancos públicos estaduais.

O sistema bancário possuía, em junho de 2002, saldo de R\$ 332,6 bilhões em operações de crédito e de R\$ 342,7 bilhões em títulos e valores mobiliários, estes distribuídos entre bancos públicos, 45,8%, bancos privados nacionais, 26,8%, e bancos estrangeiros, 27,4%. Assinale-se a trajetória crescente da participação dos bancos públicos como detentores desse tipo de ativo, explicada pela troca de ativos ruins por títulos públicos em junho de 2001, no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF).

#### **2.4. Sexto estágio da história monetária e bancária brasileira: pós 2003**

A **fase 2003-2006** será marcada na história bancária brasileira como a de acesso popular a bancos (“bancarização”) e a crédito (em consignação, aos consumidores e microcrédito). Com o ganho de economia de escala, elevou a competitividade dos bancos no Brasil.

O número de contas do sistema bancário brasileiro cresceu 52% entre 2001 e 2006, segundo pesquisa do Banco Central do Brasil (FSP: 15/06/07). Ao final do ano de 2006, o Brasil contava com 76,8 milhões de poupanças e 59,5 milhões de contas correntes ativas. No mesmo período, a população do país cresceu 7%, chegando a 183,9 milhões de pessoas. Os correspondentes bancários e a criação das contas simplificadas foram os principais destaques do período. Boa parte da expansão ocorreu com a inclusão de clientes de classes mais baixas. A porta de entrada mais usada para o sistema bancário foi a poupança. Em seis anos, o total de contas desse tipo subiu 50%. A evolução das contas correntes foi pouco menor, com crescimento de 37% no mesmo período.

A FEBRABAN estimava que, em 2006, existiam 102,6 milhões contas correntes (face a 63,7 milhões em 2000), sendo que, destas, 28,9 milhões delas eram contas inativas há mais de 6 meses. As contas de poupança eram estimadas em 75,0 milhões.

Antes, dizia-se que existiam dois tipos de dinheiro, aqui, no Brasil: o “dinheiro do rico” e o “dinheiro do pobre”. O primeiro ficava nos bancos, protegido da inflação. O último ficava sem correção monetária, tendo seu poder de compra corroído pela alta de preços. O pobre recebia seu dinheiro e tinha de correr às compras. Tentava comprar enquanto ele valia algo. Passava o resto do mês achando que *“sobravam dias, faltava salário”*... O

rico pegava seu capital e podia deixá-lo nos bancos. Enquanto ele dormia tranqüilo no “*overnight*”, o dinheiro do pobre ficava no relento. O rico tirava o seu de lá na hora que quisesse gastar, com o poder aquisitivo preservado.

Essa clientela, chamada de “classe A” pelos banqueiros, era disputada arduamente. Pudera, a renda total do conjunto de 1% mais rico equivalia à dos 50% mais pobres! Os 10% mais ricos somavam uma renda quase 50 vezes maior do que a soma das rendas dos 10% mais pobres! A discriminação entre o “dinheiro do rico” e o “dinheiro do pobre” agravou o processo de concentração de renda no país. Levou-o à situação de desigualdade social vergonhosa, destaque negativo entre todas as nações. O desafio era superar essa fase de nossa história monetária e bancária.

Três mudanças inéditas ocorreram, nessa fase da história bancária brasileira. Uma se referiu aos chamados *correspondentes não bancários*, outra, à *abertura de contas simplificadas* e a terceira foi a respeito do *acesso ao crédito popular*.

Antes, nada menos que 30% das cidades do país, ou seja, 1.674 cidades não tinham sequer uma agência bancária. Em 2007, ainda existiam 1.926 municípios (ou 34,5% do total de 5.580 municípios) que possuíam apenas uma dependência bancária, sendo que 1.479 deles possuíam apenas uma agência. Os 447 restantes tinham ou um posto de atendimento bancário (PAB) ou um posto de atendimento avançado (PAA). Só era possível abrir o comércio porque existia nessas localidades a figura do *correspondente não bancário*, geralmente pequenas padarias, mercearias ou loterias contratadas pela Caixa, ou correios conveniados com o Banco Postal, para fazer pagamentos e receber dinheiro nessas cidades. Com a falta de representação bancária, as cidades paravam de crescer e iam minguando. Isso porque, quando as pessoas iam a cidades vizinhas para retirar dinheiro, preferiam fazer suas compras por lá mesmo.

Em *correspondentes não bancários*, os habitantes de pequenas localidades passaram a pagar suas contas, além de sacar o dinheiro da aposentadoria e depositar na poupança. Um correspondente dividia sua rotina entre vender suas mercadorias e receber contas de luz, água ou telefone. Ele também pagava benefícios sociais para os moradores. A instalação do correspondente começou então a estimular a economia local.

Os números dos tradicionais canais dos bancos, representados por suas agências e postos de atendimento instalados em empresas ou entidades públicas, pouco variaram de 2000 a 2006 – na realidade, em 2000, tinham diminuído em relação ao número de agências já existentes em 1994 (17.400). O que vinha possibilitando a expansão de suas redes de atendimento eram os *caixas eletrônicos*, instalados em locais de grande circulação de público, e o bem sucedido canal representado pelos *correspondentes não bancários*. Estas formas de acesso aos seus clientes representavam quase 80% de suas dependências.

**Rede de Atendimento dos Bancos no Brasil**

Período	2000	2006	Variação absoluta
Número de agências	16.396	18.067	1.671
Postos tradicionais (PAB + PAP + PAA)	9.495	10.220	725
Postos eletrônicos	14.453	32.776	18.323
Correspondentes não bancários	13.731	73.031	59.300
Total de dependências bancárias	54.075	134.094	80.019

Fonte: Anuário Brasileiro de Bancos 2007

Outro recurso importante que tinha que desenvolver em localidades que não dispunha de agência bancária era a telefonia. Ela permitiria ao comércio de várias dessas cidades excluídas oferecer pagamentos eletrônicos. Por exemplo, alguma mercearia poderia colocar no balcão do estabelecimento terminais de cartões de crédito e de débito. A “moeda eletrônica” tornar-se-ia, então, acessível a todos. Não criaria mais tanto problema a falta de numerário sob forma de papel-moeda. Substituindo-o, se resolveria o difícil problema de seu transporte (com segurança), em país de dimensão continental.

Somente tecnologia bancária cada vez mais avançada seria capaz de atender a contingente tão grande de brasileiros com velocidade e segurança. O avanço na automação e na regulamentação, além de vontade política, tudo isso foi fundamental para ampliar o acesso popular a bancos.

Esta *bancarização* era o propósito do Programa da Conta Simplificada, criado em 2003, conta corrente aberta sem burocracia, pois não era obrigatório apresentar endereço fixo

ou comprovante de renda. O programa tinha como pano de fundo a inclusão bancária e, em última análise, a social. Em país de alta concentração de renda, dar acesso aos bancos era o mesmo que dar cidadania. Permitia também democratizar o acesso ao crédito bancário, para promover o crescimento econômico.

Quatro anos após o início desse Programa, em maio de 2007, o número de contas simplificadas abertas na Caixa Econômica Federal atingiu 5,04 milhões, sendo 3,93 mantidas ativas. Com isso, ela praticamente dobrou sua base de clientes correntistas. O Bradesco declarava que o Banco Postal tinha 5,5 milhões de contas e o Banco Popular do Brasil, 1,5 milhão.

Antes, a cadeia de “cordialidade” com relações pessoais de clientela determinava o crédito pessoal de cada indivíduo. Originava, então, a longa tradição histórica brasileira de tratar os negócios como relações pessoais, com o fornecedor do crédito sendo considerado alguém com quem se tem dívida moral, “obrigação pessoal”, em vez de se estabelecer relações monetárias, liquidando as ligações pessoais com a entrega do dinheiro. Cidadãos honrados muitas vezes caíam nas mãos de agiotas ou mesmo em crediários com juros que os escorchavam. O crédito popular, concedido por bancos públicos federais, passou a ser a opção para fugir dessa situação, atender suas necessidades emergenciais ou realizar seus gastos extras.

Esse crédito popular, através de bancos comerciais, para os quais a contratação de agentes de crédito seria muito dispendiosa, não seguiu o modelo puro do *microcrédito produtivo orientado* com grupos de aval solidário. Foi construído como modelo propriamente brasileiro, para enfrentar problemas específicos de sociedade urbanizada (84% da população mora em cidades), de massa (5ª maior população mundial), espalhada em território gigantesco (47% da América do Sul) e com grande disparidade de renda. Com a futura inclusão bancária dos milhões de recebedores de benefícios sociais talvez se esteja construindo o maior (e mais rápido) programa de democratização do crédito do mundo!

## **Bibliografia**

BANAS, Geraldo. Nos bastidores do setor bancário. Rio de Janeiro, Publicações Serviço Banas – Noticiário e Pesquisas, 1959.

BARROS, J. R. MENDONÇA DE & ALMEIDA Jr., M.. Análise do ajuste do sistema financeiro no Brasil. Brasília, MF-SPE, abr/1997.

BIELSCHOWSKY, Renato Alberto. Bancos e acumulação de capital na industrialização brasileira (1935-1962). Brasília, Dissertação de mestrado pela UnB, 1975.

COSTA, F. N. & MARINHO, M. R. N.. Bancos no Estado de São Paulo: 1988-93. Estratégias Recentes no Terciário Paulista. SP, Ensaios SEADE, 1995. pp. 49-92.

COSTA, F. N., MARINHO, M. R. & MATTEDI, A. P.. Estrutura do mercado bancário no estado de São Paulo. São Paulo em Perspectiva: Economia Paulista. São Paulo, Revista da Fundação SEADE, Volume 13, n. 1-2, 1999. pp. 150-159.

COSTA, Fernando Nogueira da & DEOS, Simone Silva. Reflexões sobre o financiamento da economia brasileira. Análise Econômica. FACE-UFRGS, Ano 20, nº 38, setembro de 2002. pp. 23-44.

COSTA, Fernando Nogueira da. Banco de Estado: o Caso BANESPA. Campinas, Tese de Doutorado em Economia no IE-UNICAMP, 1988.

COSTA, Fernando Nogueira da. Bancos em Minas Gerais (1889-1964). Campinas, Dissertação de Mestrado no DEPE-IFCH, 1978.

COSTA, Fernando Nogueira da. Caixa Econômica Federal “imprivatizável”: sua especificidade. Campinas, FENAG, setembro de 2000.

COSTA, Fernando Nogueira da. Decisão de cisão da Caixa Econômica Federal. São Paulo, FENAG, julho de 2001.

COSTA, Fernando Nogueira da. Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista. São Paulo, MAKRON Books, 1999. Cap. 14 (Bancos no Brasil).

COSTA, Fernando Nogueira da. Nossa Caixa: o que foi, o que é, o que poderia ser. Campinas, USCEESP, 2002.

COSTA, Fernando Nogueira da. Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI. Campinas, TDIE nº 106 - Mar/02.

DE PAULA, Luiz Fernando & OREIRO, José Luís (org.). Sistema Financeiro: uma Análise do Setor Bancário Brasileiro. Rio de Janeiro, Elsevier-Campus, 2007.

FONTENLA, Vicente Paz. História dos bancos no Brasil. Rio de Janeiro, s/ed., 2ª ed., 1975.

- GOLDSMITH, Raymond W.. Brasil 1850-1984: desenvolvimento financeiro sob um século de inflação. São Paulo, Harper & Row, 1986.
- HASENBALG, C. A. & BRIGAGÃO, C. & COSTA, F. J. L.. O setor financeiro no Brasil: aspectos históricos. Dados. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1970.
- LEVY, Maria Bárbara. História dos bancos comerciais no Brasil. Rio de Janeiro, IBMEC, 1972.
- LIMA, Heitor Ferreira. Notas sobre a estrutura bancária brasileira. Revista Brasiliense. Rio de Janeiro, pp. 141-152, nov/dez 1956.
- MENDONÇA DE BARROS, J. R. & ALMEIDA JR., M. F.. Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil. Brasília, SPE-MF, abril de 1997. p. 10.
- MINELLA, Ary Cesar. Banqueiros: organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo / ANPOCS, 1988.
- NEUHAUS, Paulo. História monetária do Brasil: 1900-45. Rio de Janeiro, IBMEC, 1975.
- PELÁEZ, C. M. & SUZIGAN, W.. História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.
- RIBEIRO, Benedito & GUIMARÃES, Mário Mazzei. História dos bancos e do desenvolvimento financeiro do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Pro-Service Ltda., 1967.
- ROCHA, Fernando Alberto Sampaio. Desnacionalização bancária no Brasil (1997-2000). Campinas, Dissertação de Mestrado pelo IE-UNICAMP, fevereiro de 2002.
- ROCHA, Fernando Alberto Sampaio. Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2000). Brasília, Nota Técnica nº 13 do Banco Central do Brasil, 2001.
- SAES, Flávio A. M.. Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista: 1850-1930. São Paulo, IPE/USP, 1986b.
- SAUNDERS, Anthony. Administração de Instituições Financeiras. São Paulo, Ed. Atlas, 2000.
- TOPIK, Steven. Capital estrangeiro e o estado no sistema bancário brasileiro: 1889-1930. Revista Brasileira de Mercado de Capitais. Rio de Janeiro, V. 5, nº 15: 395-421, set/dez 1979.
- VIDOTTO, Carlos Augusto. O sistema financeiro brasileiro nos anos 90: um balanço das mudanças estruturais. Campinas, Tese de Doutorado pelo IE-UNICAMP, 2002.
- VIEIRA, Dorival Teixeira. Evolução do sistema monetário brasileiro. São Paulo, IPE-USP, 1981 (original de 1947).